

OS NOVOS PARADIGMAS DA RELAÇÃO DE EMPREGO – UMA BREVE SÍNTESE HISTÓRICA

Dirceu Pertuzatti¹

desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que permeia a totalidade da existência dos agentes sociais particulares... (...), tais processos não envolvem apenas os produtores diretos: penetram e conformam a totalidade das relações de produção social e das relações que viabilizam a sua produção. Sob o assalariado não se encontra mais apenas a classe operaria, mas a esmagadora maioria dos homens; a rígida e extrema divisão social do trabalho subordina todas as atividades produtivas, e improdutivas; a disciplina burocrática transcende o domínio no trabalho (*labour*) para regular a vida inteira de quase todos os homens².

RESUMO

Os paradigmas da relação de emprego ao passa pela evolução científica, para se deparar com a relação de trabalho em sociedade. A evolução histórica do direito do trabalho fez com que muitos direitos sociais pudessem acolher a proteção individual dos direitos trabalhistas. A análise da relação de emprego procura o equilíbrio entre empregados e empregadores. As lutas sociais foram uma consequência com reflexos no direito, que procura sistematizar para melhor aplicar na sociedade. A divisão social do trabalho procura atender as necessidades sociais e individuais para equilibrar a relação de emprego.

PALAVRAS-CHAVES

Paradigmas – Relações Humanas - Relação de Emprego – Relação de Trabalho – Divisão Social do Trabalho.

¹ O Autor é Mestre em Ciências Jurídicas pela Univali; especialista em Direito Empresarial; Especialista – Escola da Magistratura do Paraná. É Professor das Disciplinas de Direito Empresarial, Prática Processual e Direito Financeiro na OPET (Curitiba), bem como Professor de Direito Civil e Direito Empresarial na FACECLA (Campo Largo). E-mail: dirceupertuzatti@uol.com.br

² PAULO NETTO, J. FALCAO, M. do C. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo. Cortez, 1987.

1.1 BREVE REFLEXÃO

Quando se fala em *paradigmas* lembra-se imediatamente de Thomas Kuhn³. Pretende-se discutir a questão dos *paradigmas*⁴, tomando por base *A Estrutura das Revoluções Científicas*, obra de Thomas Kuhn que foi publicada no início dos anos sessenta, que suscitou elevada polêmica entre os estudiosos de Filosofia da Ciência e teve alguns de seus conceitos posteriormente reformulados pelo autor – especialmente no posfácio que passou a figurar no livro a partir de 1969. Embora as ideias de Kuhn sejam bastante sugestivas, acredita-se na possibilidade de tomá-las apenas a título de empréstimo parcial, como logo mais se verá.

O que caracteriza um *paradigma* é o fato de conter concretizações científicas "reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior"⁵, o que define "implicitamente os problemas e métodos legítimos de um campo de pesquisa para as gerações posteriores de praticantes da ciência"; ao fazê-lo, tais realizações atraem um "grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científica dissimilares". Ao mesmo tempo, trata-se de realizações "suficientemente abertas para deixar toda espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência"⁶.

Os problemas não resolvidos pelas formulações paradigmáticas animam seus seguidores, definidos por Kuhn como *cientistas normais*, a realizar o "trabalho de limpeza" que todo *paradigma* requer. Isto é assim porque todo *paradigma* é, em geral, "muito limitado, tanto no âmbito como na precisão, quando de sua primeira aparição". De início, um *paradigma* "é, em grande parte, uma promessa de sucesso que pode ser descoberta em exemplos selecionados e ainda incompletos".

³ KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 3. ed. Trad. Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1990.

⁴ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*, p. 742, o autor define Paradigma como "modelo ou exemplo. Platão empregou essa palavra no primeiro sentido (cf. *Tim.*, 29 b, 48 e, etc), ao considerar com Paradigma o mundo dos seres eternos, do qual o mundo sensível é imagem. Aristóteles utiliza esse termo no segundo significado (*An. Pr.*, II, 24, 69 b 38)...".

⁵ KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*, p. 29.

⁶ KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*, p. 30.

A ciência tradicional consiste na atualização dessa promessa, atualização que se obtém ampliando-se o conhecimento daqueles fatos que o paradigma apresenta como particularmente relevantes, aumentando-se a correlação entre esses fatos e as previsões do paradigma e articulando-se ainda mais o próprio paradigma⁷.

O *cientista*, portanto, é aquele que, conquistado por um *paradigma*, empenha-se em aprimorá-lo. Dentre as várias modalidades de exercício da *ciência normal*, há uma espécie que consiste na busca de adequação dos referenciais, métodos e soluções apresentados pelo *paradigma* a áreas de interesse não contempladas originalmente pelas formulações paradigmáticas. "Nesse caso experiências são necessárias para permitir uma escolha entre modos alternativos de aplicação do paradigma à nova área de interesse"⁸. Nos exemplos aqui enfocados, os próprios autores dos *paradigmas* em questão encarregaram-se de iniciar o "trabalho de limpeza" das proposições que eles mesmos elaboraram, participando, assim, dessa última modalidade de *ciência normal*.

É com base nesses aspectos – e em alguns outros que logo mais serão explicitados – que se propõe a denominação kuhniana de *paradigma* para as teorias jurídicas. A vantagem oferecida por esse empenho encontra-se justamente em tornar possível distinguir com mais clareza a especificidade que envolve o trabalho científico, especificidade esta que o distingue das exigências que cercam a prática educacional. No entanto, a visão de Kuhn quanto ao modo como os *paradigmas* se estabelecem e são superados, uns pelos outros, de tempos em tempos, por meio de rupturas sucessivas, necessita maiores esclarecimentos. Quando formulada pela primeira vez, essa concepção parecia sugerir a existência, a hegemonia de um único *paradigma* em determinado campo científico, o que de fato seria cabível afirmar em que há grande diversidade de correntes de pensamento em disputa sem qualquer indício de superação de umas pelas outras.

Curiosamente, hoje em dia, há uma certa moda 'ideológica' de que estaria sendo vivenciado os tempos dos fins: não da história, da ideologia, mas

⁷ KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*, p. 44.

⁸ KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*, p. 50.

do “trabalho” e da “ciência”. O “mercado” parece ter sido um dos únicos conceitos bem sucedidos, ou efficientíssimo, pois ninguém parece ter coragem de sepultá-lo ou mesmo de antever a possibilidade de sua morte.

Com o acirramento da concentração de renda, e as novas formas de exploração, que mais do que nunca contam com a exclusão social e todas “novas” formas de perversidades sociais - guetos, violência entre gangues, máfias e todo o circuito perverso da “economia informal” e, sobretudo com os retrocessos em termos de direitos trabalhistas, o que certamente reflete na sociedade atual, em que a crise apresentada nas relações de trabalho, repercute diretamente na economia nacional, gerando uma apreensão em todos os setores produtivos.

Quando no século XX, sobretudo depois da teoria do inconsciente e da crítica à ideologia, se fez denúncia da *razão como aliada do poder foi* especialmente contra a razão instrumental, a razão operativa, a razão positiva, que se investiu. Ocorre que a crítica assumiu (e vem assumindo até hoje) o aspecto de uma guerra ideológica contra a razão *tout court*, a razão em geral. O que os críticos da modernidade⁹, os “pós-modernos”¹⁰¹¹, elegeram em troca da racionalidade moderna e seus grandes temas, o progresso, a ciência, a revolução, a verdade, enfim... foi a valorização do particular, do fragmentário, do efêmero, do microscópio, do sensual, do corpóreo, do prazer¹². A pós-modernidade rejeita decididamente a

⁹ KUMAR, Krishan. *Da sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna*, p. 79, define Modernidade como “uma designação abrangente de todas as mudanças – intelectuais, sociais e políticas – que criaram o mundo moderno. ‘Modernismo’ é um movimento cultural que surgiu no ocidente em fins do século XIX, e, para complicar ainda mais a questão, constituiu, em alguns aspectos, uma reação crítica à modernidade”.

¹⁰ KUMAR, Krishan. *Da sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna*, pp. 78-79, comenta que “o significado fundamental, ou pelo menos inicial, do pós-modernismo, tem que ser que não há modernismo, não há modernidade. A modernidade acabou. Isso não quer dizer, apressam-se a indicar numerosos pós-modernistas, que ultrapassamos a modernidade, que estamos vivendo em uma era inteiramente nova. O ‘pós’ de pós-modernidade é ambíguo. Pode significar o que vem depois, o movimento para um novo estado de coisas, por mais difícil que seja caracterizar esse estado tão cedo assim. Ou pode ser mais parecido com o *post de post-mortem*: exéquias realizadas sobre o corpo morto da modernidade, a dissecação de um cadáver. O fim da modernidade é, segundo essa opinião, a ocasião de refletir sobre a experiência da modernidade; a pós-modernidade é esse estado de reflexão. Neste caso, não há uma percepção necessária de um novo começo, mas apenas um senso algo melancólico de fim”.

¹¹ ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de, *Pós-modernidade & Ciência: por uma história escatológica?*, recomenda-se a leitura desta obra em razão dos estudos que permitem uma reflexão a respeito deste tema.

¹² POURTOIS, Jean-Pierre, e DESMET, Huguette. *A Educação Pós-Moderna*, pp. 21-32, comenta que “duas características marcaram profundamente o mundo moderno. De um lado, a racionalização e,

predileção pelas grandes sínteses, pelo conhecimento das causas primeiras, pela busca do sentido da História. Desse modo, o processo histórico passa a ser o domínio da indeterminação, do sujeito constituinte, da criação absoluta¹³. E, nesse contexto, destaca-se o ramo do Direito do Trabalho – fazendo alusão à proteção ao trabalho¹⁴, e diretamente ao trabalhador que está inserido na sociedade organizada. Especificamente neste capítulo será abordada a evolução histórica, apresentando um panorama atual, enfatizando os novos paradigmas da relação de emprego e os limites dos poderes patronais.

1.2 AS RELAÇÕES HUMANAS

Na sociedade capitalista, seja na esfera civil, seja na política, surgem múltiplas relações interpessoais tanto na esfera do público quanto do privado. Isso tem sido explicado em uma evolução histórica e impulsionado pela necessidade dos seres humanos organizarem-se em grupos, e comunidades, dando origem à sociedade atual. Na convivência, manifestam-se as relações pessoais, culturais, profissionais, econômicas e sociais que englobam os sujeitos, num intrincado emaranhado que fornece subsídios para que a categoria básica do fenômeno do Direito¹⁵ possa existir e se manter em um processo de sedimentação cada vez maior, provando que o homem não é um ser sozinho, é, portanto, um SER SOCIAL.

de outro, uma produção inaudita de saberes. (...) Dessa forma, o período moderno afirma claramente a 'morte' do sujeito, sua eliminação". Em relação à pós-modernidade, comenta que "o universo será inelutavelmente complexo. Verá a perda do sentimento de certeza; reconhecerá o caráter instável de todo conhecimento; estabelecerá mediações entre os fatos contraditórios; ao mesmo tempo que continuará a fazer descobertas, integrará saberes; não rejeitará os progressos do período moderno, mas os articulará. (...) A idéia de 'recursividade' faz-se presente. Implica mais que uma simples relação de retroação; ela gera um processo de reengendramento, isto é, de nova produção. Constitui um formidável potencial de criatividade que será preciso atualizar. É essa meta que a pós-modernidade quer alcançar".

¹³ Nesse sentido, recomenda-se a leitura de FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*, Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

¹⁴ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*, p. 964, define TRABALHO: "Atividade cujo fim é utilizar as coisas naturais ou modificar o ambiente e satisfazer às necessidades humanas. Por isso, o conceito de Trabalho implica: 1) *dependência* do homem em relação à natureza, no que se refere à sua vida e aos seus interesses: isso constitui a *necessidade*, num de seus *sentidos*; 2) *reação* ativa a essa dependência, constituída por operações mais ou menos complexas, com vistas à elaboração ou à utilização dos elementos naturais; 3) grau mais ou menos elevado de esforço, sofrimento ou fadiga, que constitui o *custo* humano do trabalho". (grifos do original).

¹⁵ DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*, p. 280.

O estabelecimento das relações humanas coincide praticamente com o surgimento das Relações de Trabalho¹⁶. A partir da organização do ser humano em sociedade, houve a necessidade da utilização de mão-de-obra para a sua manutenção. Inicialmente, a escravidão surgiu como consequência e revelou-se como uma forma opressora e indigna no processo evolutivo social. Em seguida, surgiram as Relações do Trabalho como forma de estruturação organizacional da sociedade, apresentando problemas principalmente em termos de desequilíbrio entre empregados e empregadores, o que obrigou a uma intervenção do Estado-legislador para dirimir essas questões, regulamentar a convivência através de regras específicas e estabelecer o equilíbrio entre interesses antagônicos.

As relações humanas surgem quando o ser humano sente a necessidade de se agrupar e, ato contínuo, surgem as Relações de Trabalho, as quais envolvem empregados e empregadores. Em uma sociedade organizada haverá, em seu contexto, pessoas que desempenham atividades laborais, enquanto outros exercem a orientação desses trabalhadores. Como é possível constatar, sob uma análise histórica, há uma repetição, conforme apresenta Moacyr Motta da Silva¹⁷ em que “o patrão dos dias de hoje guarda lições de seus antepassados, isto é obter maior lucro extraído do trabalho humano, com menor custo financeiro”. Justifica-se a menção a esse fato em razão de que as Relações de Trabalho surgiram para suprir a necessidade das relações humanas.

Como resultado das relações humanas, constata-se que nem sempre a harmonia existiu. A ambição, inveja¹⁸, dominação, má distribuição de renda,

¹⁶ COUTINHO, Aldacy Rachid. *Trabalho e Pena*, Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Vol. 32 – 1999, p. 07 (Publicada na revista da Faculdade de Direito da UFPR, vol. 32 – 1999, p. 7). A autora faz um estudo profundo a respeito da origem da palavra Trabalho que teve sua designação do língua francesa *travail* e no espanhol *trabajo*, vinculados à origem latina no vocábulo *trepalium* ou *tripalium*, que era um instrumento de tortura composto de três paus ferrado ou, ainda, um aparelho que servia para prender grande animais domésticos enquanto eram ferrados. Na verbalização dessa palavra – *tripaliare* – passava a representar qualquer ato de dor e sofrimento. Trabalhar, portanto, significava uma tortura de um recalcitrante por meio do *tripalium*, não sendo a vítima o Trabalhador, mas sim, o carrasco. A palavra *travail* dignificava um dispositivo feito de várias traves às quais se prendiam cavalos ou bois para serem ferrados. A expressão *trabajo*, em espanhol, significa pôr no mundo, estar em parto. Já a expressão italiano *lavoro* e a inglesa *labour*, originam de labor, que em latim significa dor, sofrimento, esforço, fadiga, atividade penosa. No idioma grego, a deriva da palavra *ponos*, que posteriormente deu origem à palavra pena.

¹⁷ SILVA, Moacyr Motta da. *A Tutela Jurisdicional dos Direitos da Criança e do Adolescente*. P. 12.

¹⁸ Sobre a expressão Inveja, José Ingenieros, na Obra: *O Homem Medíocre*, pp. 181-182, comenta o seguinte: “A inveja é uma adoração dos homens pelas sombras, do mérito pela mediocridade. É o

entre outras, têm sido a causa das diferenças sociais. As diferenças causam as lutas de classes. Algumas pretendem conseguir mais direitos, outras, em contrapartida, lutam para manter aquilo que já conquistaram.

Sob esse prisma, as relações humanas influenciaram e projetaram alguns problemas vivenciados para as Relações de Trabalho. Como exemplo, a questão do lucro que não respeita o valor da Dignidade Humana e o empregador que não vê no trabalho uma dimensão social¹⁹. Com essa preocupação, o Direito manifesta a intervenção procurando solucionar esse impasse, adotando como critério a Igualdade, pressuposto do Direito do Trabalho como socialista²⁰, como tem sido origem e estruturação de seus princípios.

Por uma razão histórica, percebe-se que o desequilíbrio nas relações entre Empregados e Empregadores, deve ser reconhecido como fato propulsor na busca por uma solução que satisfaça a ambas partes, através de medidas próprias, dentre elas, como destaque, a estruturação do Direito do Trabalho. Este novo segmento do Direito tem a missão clara de solucionar conflitos e estabelecer regras de convivência como forma de resgatar a dignidade dos trabalhadores.

O Direito apresenta diversas relações, quer seja no aspecto tributário, empresarial, penal, entre outros. Para fins de fundamentação teórica desta

rubor na face sonoramente esbofeteada pela glória alheia. É o grillão que arrasta os fracassados. É a amargura que toma conta do paladar dos impotentes. ... É a mais ignóbil das torpes marcas que enfeiam os caracteres vulgares. Aquele que inveja rebaixa-se sem sabê-lo, confessa-se subalterno; esta paixão é o estigma psicológico de uma humilhante inferioridade, sentida, reconhecida. Não basta ser inferior para invejar, pois todos homem o é de alguém em algum sentido; é necessário sofrer do bem alheio, da dita alheia, de qualquer culminação alheia. Neste sofrimento está o núcleo moral da inveja; morde o coração como um ácido, carcomendo-o como polilha, corroendo-o como a ferrugem ao metal”.

¹⁹ SILVA, Moacyr Motta da. *Direito, Justiça, Virtude Moral & Razão*. P. 12.

²⁰ Nesse entendimento, Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, na obra *Dicionário de Política*, pp. 1196-1197, explica que o Socialismo “tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras que se foram formando durante a Revolução Industrial. A base comum das múltiplas variantes do Socialismo pode ser identificada na transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não somente jurídica ou política), através da intervenção dos poderes públicos” (grifou-se).

pesquisa, o recorte metodológico terá o enfoque na Relação do Emprego²¹. Justifica-se essa opção em razão de sua especificidade, o que não ocorre na Relação de Trabalho, devido à abrangência desta. Enquanto na Relação de Emprego será estudado o ambiente de trabalho, a relação de subordinação e seus elementos caracterizadores que envolvem o Direito individual bem como o coletivo. Já na Relação de Trabalho, demonstra a abrangência significativa, em que se admite esse tipo de relação nas escolas, no ambiente familiar, enfim, em uma gama de ambientes que tornariam o estudo árido e sem um objetivo específico. Entretanto, antes de abordar o trabalho subordinado propriamente dito, torna-se de crucial importância entender seu gênero, ou seja, aspectos históricos e jurídicos, Relação de Trabalho, suas espécies e subespécies.

1.3 O TRABALHO HUMANO E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS E JURÍDICOS

Objetivando contextualizar o trabalho humano, relata-se, desde o início da civilização, a forma que esta atividade foi organizada, destacando seus percalços e glórias ao longo da História.

O ser humano sempre procurou meios de obter seu alimento, para em seguida, em razão da ameaça à sua integridade física, organizar-se em grupo, fabricando armas e instrumentos de defesa, com objetivo de proteger-se dos animais ferozes e de outros semelhantes seus²².

Após o período paleolítico, com o advento das lutas entre clãs, eventualmente, o grupo vencedor fazia prisioneiros. Para alguns era dado como destino a morte, que poderia vir, por meio de práticas abusivas ao ser humano, o que para a época era de certa forma aceitável em razão das precárias condições em que viviam. Com o passar do tempo, descobriram aqueles grupos vencedores que poderiam vender, trocar ou alugar os prisioneiros. Sendo assim, iniciou-se a escravidão. Os prisioneiros transformados em escravos eram submetidos a árduas

²¹ ALKIMIN, Maria Aparecida. *Assédio Moral na Relação de Emprego*, p. 22, define RELAÇÃO DE EMPREGO como sendo “uma relação jurídica contratual, através da qual os sujeitos, ou seja, empregado e empregador, convencionam a prestação de serviços de forma pessoal, não eventual, mediante pagamento de salário e sujeição ao poder de direção do empregador, também denominado dependência ou subordinação”.

²² SÜSSEKIND, Arnaldo, et all. *Instituições de Direito do Trabalho*, p. 29.

tarefas manuais, fazendo com que alguns perecessem de excesso de esforço ou por inanição. A escravidão teve proporções consideráveis entre os Egípcios, Gregos e Romanos, persistindo, oficialmente, até o século XIX²³, tendo um papel importante para o fim desta atividade na Revolução Francesa, que a tornou indigna na França obtendo, gradativamente, a mesma orientação para o restante do mundo²⁴.

Paralelamente à questão da escravidão existiu a servidão, um tipo de trabalho generalizado, em que a pessoa que não possuísse a condição jurídica do escravo, não poderia dispor de sua liberdade. Essa relação laboral era uma das características das sociedades feudais. Os servos eram privados de seus direitos e submetidos de forma humilhante, sendo-lhes cobrados tributos em excesso, bem como restrição ao direito de locomoção de um vilarejo a outro²⁵.

A servidão veio após a escravidão e, como fase seguinte, houve uma alteração no sistema econômico em que a fase doméstica entra em declínio e surgem grupos profissionais. Esse agrupamento era o que poderia ser denominado de corporações, tendo suas próprias leis profissionais e tinham privilégios concedidos pelos reis que objetivavam desestabilizar a concentração do poder econômico que estava com os nobres senhores da terra. Em uma fase posterior, aqueles reis que haviam concedido benefícios aos seus súditos, restringiram-nos prejudicando os aprendizes e trabalhadores. As corporações tinham semelhança com a escravidão, porém, de forma amena, o que ensejou uma indignação por parte dos trabalhadores²⁶. Descontentamento este que não foi um fato isolado, mas sim, acompanhado de um acontecimento histórico que mudou as Relações de Trabalho, bem como diversos setores como da sociedade, o que foi denominado Revolução Industrial.

A Revolução Industrial, no final do século XVIII²⁷, originou-se não de um fato isolado, mas sim vinculado a diversos acontecimentos, dentre os quais, com importante reflexo no mundo da Relação de Trabalho, que foi o surgimento da

²³ Sobre a questão da escravidão, bem como outros preconceitos e a desagregação social no Brasil, recomenda-se a leitura da obra: SOARES, Natalício. *Nossos Bosques Têm Mais Vida*, 2ª ed. Curitiba. Editora Cruz de Malta, 1982, 174p.

²⁴ SÜSSEKIND, Arnaldo, et all. *Instituições de Direito do Trabalho*, pp. 29-30.

²⁵ SÜSSEKIND, Arnaldo, et all. *Instituições de Direito do Trabalho*, pp. 31-32.

²⁶ SÜSSEKIND, Arnaldo, et all. *Instituições de Direito do Trabalho*, pp. 32-34.

²⁷ KUMAR, Krishan. *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna*, p. 147.

máquina a vapor, sendo seguido pela invenção da máquina de fiar, patenteada por John Watt, em 1738. Na visão de Sérgio Pinto Martins, a “Revolução Industrial acabou transformando o trabalho em emprego. Os trabalhadores, de maneira geral, passaram a trabalhar por salários”²⁸. Esse movimento gerou consequências significativas não apenas no viver dos trabalhadores, mas também em todos os segmentos da sociedade nos quais eles estavam envolvidos direta ou indiretamente. Criavam-se inúmeras vagas de trabalho, porém, aos trabalhadores eram ofertados baixos salários e jornadas de trabalho de até dezesseis horas ininterruptas. Era a questão proletária que se colocava em confronto com os capitalistas que detinham o poder econômico. Por uma análise mais profunda, percebe-se que das antigas relações entre escravos e os senhores da terra, houve uma nova versão em que a essência das personagens praticamente é a mesma, apenas acrescentando alguns requintes de exploração sob a égide de uma nova organização causada por essa revolução.

Em 1848, Karl Marx e Friedrich Engels lançam o Manifesto do Partido Comunista que era um documento que conclamava os trabalhadores à luta de classes. Estava sendo arguida por esses autores, a questão do proletariado, oprimido pela burguesia²⁹. E finalizaram o manifesto com a célebre frase: “proletários de todos os países, uni-vos”³⁰. Isso gerou muita discussão na época, principalmente em relação aos empregadores que temiam um levante entre os trabalhadores que seriam contrários aos processos produtivos, inicialmente estabelecidos pelo processo de utilização da força de trabalho nos meios fabris.

Marx deixa claro em *O Capital*³¹ que o movimento do capital não se esgota na acumulação, isto, é, na ininterrupta transformação da mais-valia em capital suplementar. Há uma feroz luta de concorrência entre os capitalistas

²⁸ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*, p.35.

²⁹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*, p 35, apresentam a seguinte definição: “Entende-se por burguesia a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e que empregam o trabalho assalariado. Entende-se por proletariado a classe dos operários assalariados modernos que, privados dos seus próprios meios de produção, são obrigados a vender a sua força de trabalho para subsistir (Nota de Engels à edição inglesa de 1888)”.

³⁰ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*, p 81.

³¹ MARX, Karl. *O Capital*, pp. 45-78.

individuais, que se esforçaram para produzir a maior quantidade possível de mercadorias e vendê-las ao menor preço.

Alcançada uma maior produtividade do trabalho, os operários produzem uma quantidade de produtos maior do que antes, no mesmo período de tempo. O capital que se expande pela acumulação tem que transformar parte da mais-valia em capital constante e outra parte em capital variável, podendo-se conseguir isso de duas maneiras: ou pura e simplesmente alarga-se a escala de produção, permanecendo constante nível técnico, ou introduzem-se aperfeiçoamentos técnicos, e, nesse caso, o número de operários diminui relativamente. Uma parte dos Trabalhadores não poderá mais vender sua força de trabalho e perderá os seus empregos. Marx designa essa fração da classe operária por exército industrial de reserva.

A ideia apresentada por Marx era de cunho socialista, fazendo com que sua militância servisse de base para a grande maioria dos movimentos trabalhistas atuais, estabelecendo as bases para o capitalismo³². Marx menciona em seus estudos sobre a relação trabalho com o capitalismo, a questão da compra e venda da força do trabalho, como questão inquietante para a época em face dos acontecimentos no âmbito das Relações de Trabalho. Comenta ainda que o detentor do dinheiro, para transformá-lo em capital, deveria encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadoria. A expressão livre refere-se ao sentido de que esse trabalhador tenha sua força de trabalho livre, sem ter nada que o impeça na concretização do seu trabalho³³.

Nessa fase histórica, a pessoa humana não era mais aquele ser isolado, mas sim, alguém que faz parte de uma coletividade, contraindo direitos e deveres, organizada em classes. A igreja tem sua posição marcada na luta pelo poder, em que tenta se impor usando de pressão sobre seus fiéis. Por intermédio do Papa Leão XIII, no fim do século XVIII é publicada a Encíclica *Rerum Novarum*, a qual

³² BOBBIO, Norberto, et all. *Dicionário de Política*, p. 142, citando Marx: “Para Marx, o Capitalismo se baseia na relação entre trabalho assalariado e capital, mais exatamente na valorização do capital através da mais-valia extorquida do trabalhador. ‘O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor’. Ou melhor, o trabalho perde o seu valor logo que entra no mercado das mercadorias capitalistas, tornando-se ele mesmo mercadoria.”

³³ MARX, Karl. *O Capital*, p. 140.

propõe a união das classes do capital e do trabalho, fazendo também alusão ao fato da necessidade da proteção do trabalho dos operários³⁴ e que sugere limites do ser humano nas suas atividades laborais, demonstrando claramente a preocupação com a situação da época em que eram desrespeitados os direitos básicos dos trabalhadores.

Destaca-se, na sequência, a Constituição do México de 1917, como sendo a primeira a abordar a proteção ao trabalho³⁵. No artigo 123, da referida norma, foi estabelecida a jornada de trabalho por oito horas, proibição do trabalho de menores de doze anos, descanso semanal, entre outros direitos sociais que provocaram sérias discussões para a época, em razão da abrangência desses direitos concedidos³⁶.

³⁴ *Rerum Novarum*, item 27 e 28 – “Proteção do trabalho dos operários, das mulheres e das crianças”. Transcreve-se na íntegra, parte desse texto que comprovam o pensamento daqueles que elaboraram o Documento: “No que diz respeito aos bens naturais e exteriores, primeiro que tudo é um dever da autoridade pública subtrair o pobre operário à desumanidade de ávidos especuladores, que abusam sem nenhuma discriminação, das pessoas como das coisas. Não é justo nem humano exigir do homem tanto trabalho a ponto de fazer pelo excesso de fadiga embrutecer o espírito e enfraquecer o corpo. A atividade do homem, restrita como a sua natureza, tem limites que se não podem ultrapassar. O exercício e o uso aperfeiçoam-na, mas é preciso de que quando em quando se suspenda para dar lugar ao repouso. Não deve, portanto, o trabalho prolongar-se por mais tempo do que as forças permitem. Assim, o número de horas do trabalho diário não deve exceder a força dos trabalhadores, e a quantidade do repouso deve ser proporcionada à qualidade do trabalho, às circunstâncias do tempo e do lugar, à compleição e saúde dos operários. O trabalho, por exemplo, de extrair pedra, ferro, chumbo, e outros materiais escondidos, debaixo da terra, sendo mais pesado e nocivo à saúde deve ser compensado, com uma duração mais curta. Deve-se também às estações, porque não poucas vezes um trabalho, que facilmente se suportaria numa estação, noutra é de fato insuportável ou somente se vence com dificuldade.” http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html - site acessado em 01/07/2015, às 17h35.

³⁵ MIRANDA, Jorge. *Textos Históricos do Direito Constitucional*, pp. 262-268. Opta-se pela transcrição de apenas alguns artigos, com o intuito de demonstrar a importância dessa Constituição para o Universo do Direito do Trabalho: “Art. 123º O Congresso da União, sem infringir as bases seguintes, deverá emitir leis sobre o trabalho, nestes termos: A) entre os operários, assalariados, empregados, domésticos, artífices e, de maneira geral, todo o contrato de trabalho: I) A duração da jornada máxima de trabalho será de oito horas; II) A jornada máxima de trabalho nocturno (sic) será de sete horas. Ficam proibidos: os trabalhos insalubres ou perigosos para as mulheres e os menores de 16 anos; o trabalho nocturno (sic) industrial para ambos; o trabalho nos estabelecimentos comerciais, depois das 10 da noite, para a mulher e para os menores de 16 anos; (...) V) As mulheres, durante os três meses anteriores ao parto, não desempenharão trabalhos físicos que exijam esforço material considerável. No mês seguinte ao parto terão sempre direito a descanso, devendo receber o seu salário por inteiro e conservar o seu emprego e os direitos que tiverem adquirido por contrato. No período de lactação terão dois descansos extraordinários por dias, de meia hora cada um, para amamentar os filhos. (...)”

³⁶ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*, p.37.

Posteriormente, a questão também foi apresentada como tutela aos direitos do trabalho na Constituição Alemã de Weimar, de 1919³⁷. Esta, através de seus artigos 157 e seguintes, autorizou a liberdade de coalizão dos trabalhadores; criou um sistema de seguros sociais e previu também possibilidade de diálogo entre empregados e empregadores para a determinação dos salários e condições de trabalho³⁸.

Outro ponto importante ocorreu em 1919, quando o Tratado de Versalhes previu a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo objetivo era a proteção da relação entre empregados e empregadores no âmbito internacional, tendo como suas prerrogativas, a regulamentação através de convenções e observação das questões relativas ao trabalho³⁹.

Em 1927, surgiu a *Carta Del Lavoro* que, conforme a definição de Amauri Mascaro Nascimento, “é o documento fundamental do corporativismo peninsular e das diretrizes que estabeleceu para uma ordem política e trabalhista centralizada segundo uma forte interferência estatal”⁴⁰. Para esse movimento, era uma situação em que o interesse nacional colocava-se acima dos particulares, conforme comenta Sérgio Pinto Martins, ou seja, tinha como diretrizes básicas: a) nacionalismo; b) necessidade de organização; c) pacificação social; d) harmonia entre o capital e o trabalho⁴¹. Percebe-se que na medida em que as Relações de Trabalho surgem, estas geram um reflexo direto na organização em termos de política, questões sociais e judiciais. Essa movimentação fez com que os direitos alcançados fossem mantidos, acrescentando-se as inovações.

E, finalmente, neste relato histórico dos principais acontecimentos mundiais para o Direito do Trabalho, enaltece-se o surgimento da

³⁷ MIRANDA, Jorge. *Textos Históricos do Direito Constitucional*, pp. 292-293. Transcreve-se alguns artigos com a finalidade de ilustrar a preocupação daquele legislador: “Artigo 157º O trabalho está sob proteção especial do Império. O Império instituirá um direito do trabalho uniforme. (...) Artigo 159º É garantida a liberdade de associação para defesa e melhoria das condições de trabalho e de vida. São nulas quaisquer convenções ou actos (sic) destinados a limitar ou impedir o exercício desta liberdade. (...)”

³⁸ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*, p.37-38.

³⁹ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*, p.38.

⁴⁰ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho*, p. 31.

⁴¹ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*, p.38.

Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1948. Impulsionado pelos problemas graves em razão da Segunda Guerra Mundial, num período compreendido entre 1936 e 1945, surgiu um movimento que pretendia através desse documento, fazer com que os princípios inseridos em seu contexto, pudessem ser levados a todos os lugares do planeta, sempre com o objetivo de reconhecer, conforme consta no preâmbulo, a todos os membros da família humana, nos direitos como fundamento da Liberdade, da Justiça e da Paz no mundo⁴². Destaca-se, ainda, a questão do trabalho que, no artigo XXIII e XXIV⁴³ do texto dessa Declaração, estabelece e enaltece o trabalho como de importância fundamental à sociedade.

No Brasil, a evolução do Direito do Trabalho teve como destaque o reconhecimento das leis internacionais e houve uma adaptação ao nosso ordenamento. Como ponto importante, constata-se que, em 1943, através do Decreto-lei número 5.452 de 1º de maio, foi aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esta Consolidação teve como objetivo reunir as leis esparsas existentes na época. E como parte dos doutrinadores entendem, não se optou pela designação de Código – que pressupõe um Direito novo – e sim, Consolidação, haja vista que reuniu a legislação que tratava do mesmo assunto, consolidando as leis que tratavam de assuntos atinentes ao Direito do Trabalho⁴⁴.

A Constituição Brasileira de 1946 reconhecida como democrática, fazendo menção inclusive à participação dos Trabalhadores nos lucros, repouso semanal remunerado, entre outros. Algumas leis seguiram regulamentando os Direitos do Trabalho. Em 1967, com a Constituição já sob o regime militar, foram mantidos os direitos trabalhistas que estavam presentes nas Constituições anteriores

⁴² QUEIROZ, Carlos Alberto Marchi de. *Resumo de Direitos Humanos e da Cidadania*, p. 23.

⁴³ QUEIROZ, Carlos Alberto Marchi de. *Resumo de Direitos Humanos e da Cidadania*, p. 28, em razão da importância do documento para o Direito do Trabalho, optou-se por transcrever na íntegra os dois artigos citados da Declaração Universal dos Direitos do Homem: “*Artigo XXIII – 1. Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Todo homem que trabalha tem direito a remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses. Artigo XXIV – Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas*”.

⁴⁴ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*, pp.39-40.

e foram feitas pequenas inserções, agregando o reconhecimento de mais normas trabalhistas.

Para concluir a questão do reconhecimento, por parte da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que de forma definitiva reconheceu os Direitos do Trabalho, afirmando que esses são imprescindíveis à sociedade, como forma de valorização da pessoa humana. Em seu texto, especificamente no artigo sétimo, são abordados os direitos individuais e tutelares do trabalho; no artigo oitavo, foi estabelecida a regulamentação dos sindicatos; no artigo nono, o reconhecimento ao direito de greve; no artigo dez, a participação dos trabalhadores e empregadores em órgãos colegiados; e, finalmente, no artigo onze, é estabelecido que nas empresas com mais de duzentos empregados é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade de promover o entendimento direto com os empregadores⁴⁵.

Percebe-se que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 teve a preocupação de manifestar o reconhecimento popular de seu alcance. Por essa razão, foi popularmente agraciada com a alcunha de “Constituição Cidadã”⁴⁶. Por mais que a Carta Magna Brasileira tenha em seu texto dispositivos que exijam a regulamentação legal da aplicação, esses deverão estabelecer critérios mínimos de proteção à pessoa humana, vislumbrando uma Sociedade mais justa e harmônica na equalização dos resultados éticos, jurídicos e humanitários.

Destaca-se nesta abordagem que para Marx, o capitalismo não era o modelo geral e racional do regime econômico em relação ao qual todos os demais constituíram aberrações, mas sim, um modo de produção hegemônico ou dominante e uma formação histórica e social determinada. Conseqüentemente teve seu nascimento e teria também seus crepúsculos e sua morte. E sobre esse crepúsculo e a essa morte houve o manifesto, em *O Capital*, de algumas considerações que devem ser reconsideradas no decorrer desta pesquisa: o capitalismo alcançar certa maturidade, entraria em uma fase crítica premonitória de crises estruturais e de transformações revolucionárias. Essa maturidade seria dada pela tendência do capital

⁴⁵ *Constituição da República Federativa do Brasil*, pp. 13-17.

⁴⁶ *STF* – AgRg no AGIn 163.910-6/RJ – 2ª T. – Rel. Min. Marco Aurélio – DJU 03.05.1996.

a sua concentração e a eliminação do princípio original que assistira as suas origens: a concorrência. O capital terminará em mãos de poucos constituindo o cume de uma pirâmide absolutamente separada da base. O capital determinaria por constituir oligopólios que derivariam em monopólios, até que tudo acabaria concentrando-se em uma única mão. Simultaneamente, a base sustentada pelo trabalho, pela força de trabalho, seria alargada horizontalmente, crescendo em proporções descomunais⁴⁷. Para Marx, o proletariado sofria uma progressiva degradação proporcional à concentração monopolista do capital. Somente invertendo-se a pirâmide seria possível impedir a catástrofe e converter o pessimismo em otimismo.

1.4 SOBRE A DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL

Ao investigar os aspectos históricos do Direito do Trabalho, observa-se a importante obra de Émile Durkheim – *Da Divisão do Trabalho Social*⁴⁸ - que teve sua publicação em 1893, com grande repercussão na Sociedade, sendo reeditada no ano em que deixou Bordeaux (1902)⁴⁹.

Trabalhando a questão da Divisão do Trabalho Social, Durkheim destaca que esse fenômeno também foi comentado por Adam Smith, considerando-o como o primeiro a tentar teorizá-la. Alega ainda que a Divisão do Trabalho Social não é exclusiva do mundo econômico, com influências em diversas regiões da sociedade; há uma especialização cada vez mais acentuada para as funções políticas, administrativas, judiciárias, bem como nas funções artísticas e científicas e que a Filosofia não era mais a única ciência, fragmentando-se em muitas disciplinas especiais⁵⁰.

Em relação à função da Divisão do Trabalho Social, explica que essa não é a de produzir civilização⁵¹, mas sim, de formar grupos que, sem ela, não

⁴⁷ CATANI, A. *Capitalismo*, p. 69.

⁴⁸ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 483p. Título original: "De La Division Du Travail Social".

⁴⁹ RODRIGUES, José Albertino. Durkheim – *Sociologia*. Coordenador: Florestan Fernandes, p. 13.

⁵⁰ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*, pp. 1-2.

⁵¹ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*, p. 19.

existiriam⁵². Durkheim analisa os laços de solidariedade social que permeiam a sociedade. Destaca que há dois tipos de solidariedade social: a mecânica e a orgânica. Dessas modalidades, entende a solidariedade mecânica, ou por similitudes, como sendo aquela induzida por semelhança, e que não permite a manifestação do individualismo. Nessa análise, o autor entende que “as características essenciais do crime são aquelas que se revelam idênticas onde quer que haja crime, qualquer que seja o tipo social”⁵³. Quanto à solidariedade orgânica ou aquela devido à Divisão do Trabalho Social, entende Durkheim que é uma sociedade capitalista com a divisão em função diferente, em pequenas células. Cada uma dessas células depende de outras. Mesmo na sociedade da época, analisada pelo autor, em que os marcos da organização eram mais rígidos, o indivíduo poderia mover-se com uma certa liberdade em razão da Divisão do Trabalho Social. Comenta que “à medida que o trabalho se divide, essa flexibilidade e essa liberdade se tornam maiores”⁵⁴.

Na conclusão de sua tese, Durkheim demonstra que existe uma característica nas regras morais, que é o fato de que elas “enunciam as condições fundamentais da solidariedade social”; estabelece que o Direito e a Moral⁵⁵ como o conjunto de vínculos que prendem uns aos outros e à sociedade⁵⁶; entende que a moralidade tem a tendência de se tornar a condição essencial da solidariedade social⁵⁷; afirma que com a Divisão do Trabalho Social não há a diminuição, mas sim, o desenvolvimento da personalidade individual, porque a pessoa é uma fonte autônoma de ação e o ser humano somente assume essa qualidade, na proporção em que ele “é mais do que uma simples encarnação do tipo genérico da sua raça e de seu grupo”⁵⁸.

⁵² DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*, pp. 29-37.

⁵³ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*, p. 470. Para explicar a Solidariedade Mecânica, o autor faz a análise sociológica dos crimes em relação à Sociedade para a partir desse quadro, tirar as conclusões de sua argumentação.

⁵⁴ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*, pp. 165-166, 339-340.

⁵⁵ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*, p. 420. O autor define Moral como “tudo o que é fonte de solidariedade, tudo o que força o homem a contar com outrem, a reger seus movimentos com base em outra coisa que não os impulsos do seu egoísmo, e a moralidade é tanto mais sólida quanto mais numerosos e mais fortes são esses vínculos”.

⁵⁶ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*, p. 420.

⁵⁷ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*, p. 422.

⁵⁸ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*, pp. 425-426.

A Divisão do Trabalho Social produz a solidariedade, não apenas pelo motivo de que ela transforma cada indivíduo num “trocador” de suas funções laborais, mas sim, porque gera um sistema de direitos e deveres ligando-os entre si de forma duradoura e esse fenômeno não coloca em presença os indivíduos, mas as funções sociais inerentes a cada um⁵⁹.

No entendimento de José Albertino Rodrigues a respeito da Durkheim, “sua maior qualidade talvez seja a prioridade do social na explicação da realidade⁶⁰ natural, física, e mental em vive o homem”⁶¹. Com isso, deve-se levar em consideração a época que foi escrita, como ficou constado nessa pesquisa, em que os trabalhadores buscavam o reconhecimento de seus direitos, as transformações no processo de industrialização, a luta de classes, a organização econômica da Sociedade, entre outros fatores decisivos para o Direito do Trabalho.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os novos paradigmas da Relação de Emprego trazem em sua evolução histórica, uma carga valorativa de princípios aplicáveis à garantia dos direitos individuais do trabalho. Não é que o atual mercado de trabalho, que está passando uma crise momentânea, não possa virar e constatar, ao longo da evolução temporal, que estes direitos foram esquecidos. Eles estão vivos e presentes em todas as relações de emprego. E isso precisa ser preservado.

Sempre que se analisa a questão da evolução histórica, deve-se ter em pensamento que nenhuma luta fora em vão, embora, o saldo não tenha sido positivo para um ou outro lado. O que se deve levar em conta, são as conquistas sociais que atingem uma coletividade. É evidente que questões sociais e econômicas,

⁵⁹ DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*, pp. 429-430.

⁶⁰ MAK'GREGOR, Will'S. *Conversando com Você*, p. 149, faz o seguinte comentário à respeito da VERDADE e da REALIDADE: “Toda verdade é discutível e sofismável. Quando é indiscutível e insofismável, não é mais verdade: é a Realidade”. Portanto, como orientação para essa pesquisa, adota-se esse entendimento, contrariando aqueles que utilizam a Verdade como sinônimo de Realidade. Em razão disso, algumas citações feitas ou nomes próprios (Princípios etc) serão mantidos por uma questão de observação às normas técnicas, apesar da advertência ora mencionada.

⁶¹ RODRIGUES, José Albertino. Durkheim – *Sociologia*. (Coordenador: Florestan Fernandes), p. 33.

impedem eventualmente, um crescimento, mas o que se deve levar em conta é a evolução conseguida ao longo do tempo.

Os direitos foram somados gradualmente, mas sem deixar de ter um questionamento em relação ao Estado como gestor deste cenário, em que é pretendido atingir o equilíbrio nas relações entre empregados e empregadores, fazendo com que toda a sociedade cresça e evolua, agregando os princípios valorativos que enaltecem a valorização humana.

1.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Título original: *Dizionario di Filozofia*.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Pós-Modernidade & Ciência: por uma história escatológica?** Campinas: Editora Alínea, 2003.

ALKIMIN, Maria Aparecida. **Assédio Moral na Relação de Emprego**. Curitiba: Juruá, 2005.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C. Varriale et. Al; coord. Trad. João Ferreira; ver. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. 12. ed. São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2002. Título original: “Dizionario di política”.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1993.

CATANI, A. **Capitalismo**. São Paulo. Brasiliense, 1984.

COUTINHO, Aldacy Rachid. **Trabalho e Pena**, Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Vol. 32 – 1999.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002.

DELGADO, Maurício Godinho. **Fontes do Direito do Trabalho – Curso de Direito do Trabalho** (Coordenação de Alice Monteiro de Barros). 3. ed. São Paulo: LTr, 1997.

DELGADO, Maurício Godinho. **Princípios de Direito Individual e Coletivo do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2004.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Título original: *De la Division du Travail Social*.

FERREIRA, Hádassa Dolores Bonilha. **Assédio Moral nas Relação de Trabalho**. 1. ed. Campinas: Russell Editores, 2004.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro. Editora Rocco, 1992.

FUKUYAMA, Francis. **Nosso Futuro Pós-humano**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

GOMES, Orlando e GOTTSCHALK, Élson. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. Revista e atualizada por José Augusto Rodrigues Pinto. Rio de Janeiro: Editora Forense.

INGENIEROS, José. **O Homem Mediocre**. Tradução: Lycurgo de Castro Santos. Campinas: Edicamp, 2002. Título original: El Hombre Mediocre.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 3. ed. Trad. Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1990.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna – Novas Teorias Sbre o Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1997.

LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 3. ed. – São Paulo : Martins Fontes, 1999.

MAK'GREGOR, Will'S. **Conversando com Você**. Livros HDV: Curitiba. 1989.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe – 2. ed. Vol 1 – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Maria Paula Duarte. Editorial Estampa. Santos-SP, s/d.

MIRANDA, Jorge (organização e tradução). **Textos Históricos do Direito Constitucional**. Lisboa – Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho: História e Teoria Geral do Direito do Trabalho, Relações Individuais e Coletivas do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

POURTOIS, Jean-Pierre e DESMET, Huguette. **A Educação Pós-Moderna**. Trad. Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Edições Loyola. 1999. Título original: *L'Éducation Postmoderne* (1997).

QUEIROZ, Carlos Alberto Marchi. **Resumo de Direitos Humanos e da Cidadania**. São Paulo: Paulistanajur Edições, 2004.

RODRIGUES, José Albertino (organizador) e FERNANDES, Florestan (coordenador). **Durkheim – Sociologia**. 9. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

RERUM NOVARUM – Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos Operários. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em 01 de julho de 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004..

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SILVA, Moacyr Motta da e VERONESE, Josiane Rose Petry. **A tutela Jurisdicional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1998.

SILVA, Moacyr Motta da. **Direito, Justiça, Virtude Moral & Razão**. Curitiba: Juruá Editora, 2003.

SILVA, Moacyr Motta da. ***O Princípio da Razoabilidade, como expressão do Princípio da Justiça, e a Esfera de Poderes Jurisdicionais do Juiz***. Revista Novos Estudos Jurídicos – UNIVALI. Revista Semestral do Curso de Mestrado em Ciência Jurídica da Univali. Ano V. Nº 8. Itajaí: UNIVALI, abr/1999.

SÜSSEKIND, Arnaldo et all. **Instituições de Direito do Trabalho**. 20. ed. Atualizada por Arnaldo Süssekind Lima Teixeira. São Paulo: LTr, 2002. Vol 1 e 2.